

João Pacheco de Oliveira é antropólogo, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisador 1A do CNPq e bolsista Faperj do Programa Cientista do Nosso Estado. Fez pesquisa de campo prolongada com os índios ticunas, do Alto Solimões (Amazônia), da qual resultou sua dissertação de mestrado (UnB, 1977) e sua tese de doutoramento (UFRJ, 1986), publicada em 1988. Realizou também pesquisas sobre políticas públicas, coordenando um amplo projeto de monitoramento das terras indígenas no Brasil (1986-1994), com apoio da Fundação Ford.

Orientou mais de sessenta teses e dissertações no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ voltadas sobretudo para povos indígenas da Amazônia e do Nordeste, em programa comparativo de pesquisas em etnicidade e território apoiado pelo CNPq e Finep. Atuou como professor visitante em alguns centros de pós-graduação e pesquisa no Brasil (Unicamp, UFPE, UFBA, Fundação Joaquim Nabuco e Ufam) e no exterior (Universidad Nacional de

La Plata, Argentina; Università di Roma La Sapienza, Itália; École des Hautes Études en Sciences Sociales e Institute des Hautes Études de l'Amérique Latine, França; Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires).

Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (1994/1996) e, por diversas vezes, coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas. Nos últimos anos vem se dedicando ao estudo de questões ligadas à antropologia do colonialismo e à antropologia histórica, desenvolvendo trabalhos relacionados ao processo de formação nacional, à historiografia, bem como a museus e coleções etnográficas. É curador das coleções etnológicas do Museu Nacional e organizou recentemente a exposição Os Primeiros Brasileiros, relativa aos indígenas do Nordeste, exibida em Recife, Fortaleza e Rio de Janeiro e atualmente no Museo Superior de Bellas Artes Evita, em Córdoba (Argentina). Junto com lideranças indígenas, foi um dos fundadores do Maguta: Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões, sediado em Benjamin Constant (AM), que deu origem ao Museu Maguta, administrado hoje diretamente pelo movimento indígena.

[Maria Regina Celestino de Almeida] A abordagem histórica sempre foi parte importante em suas pesquisas sobre os povos indígenas contemporâneos. Desde os ticunas ao projeto atual de biografias e narrativas de indígenas e outros sujeitos a eles relacionados, a história parece ir se tornando cada vez mais essencial em suas reflexões. Esse seu interesse crescente na história já parte da sua formação de cientista social e antropólogo ou é algo que foi se acentuando no percurso de suas experiências de pesquisa?

[João Pacheco de Oliveira] Boa pergunta! O mais frequente é que eu fale de minha trajetória para os antropólogos. Mas como os possíveis leitores dessa entrevista devem ser mais os historiadores, vou começar com uma confissão. Antes de chegar aos ticunas houve vários outros temas que me fascinaram e dirigiram minhas leituras.

Meu primeiro trabalho escrito na universidade, muito elogiado – para minha surpresa! – por nosso primeiro professor de sociologia, que dizia haver ali a paixão de um verdadeiro pesquisador, foi sobre o crescimento das favelas no Rio de Janeiro. Bem antes disso, no ensino médio ainda, fiz uma pesquisa que durou meses na biblioteca de minha casa sobre a Espanha medieval, a formação dos reinos católicos, a luta com os califados, a perseguição aos judeus. Isso por conta própria... [risos] e daí resultou um texto com mais de trinta páginas datilografadas! Na universidade, me interessei muito pela literatura de cordel como uma chave para entender poder, violência e honra no mundo rural do Nordeste. Cheguei a reunir mais de uma centena de livretos e pensava ser um tema futuro de monografia. No início do mestrado na UnB, tentando fazer uma conversão do estruturalismo (pois na PUC fui monitor de Luís Costa Lima, o mais consistente e criativo leitor de Lévi-Strauss no Brasil) para a antropologia, escrevi um trabalho de curso de mais de setenta páginas sobre a classificação das condutas sexuais a partir das espécies animais. Um trabalho bem chocante para a época...

Enfim, eu sempre fui muito curioso, gostava demais de ler e refletir sozinho, associar fatos, levantar e testar hipóteses, construir narrativas diferentes e ter a sensação de enfim compreender melhor! E sempre me apaixonava pelo que começava a fazer! Nessa linha de regresso no tempo eu poderia ter sido um sociólogo urbano, um historiador da pré-modernidade, um pesquisador do mundo rural ou até um estudioso da sexualidade. Foram paixões passageiras, mas que certamente contribuíram para formar, bem antes dos ticunas, uma experiência de pesquisa e escrita.

Mas o trabalho com os ticunas, moradores da tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru), localizados no Alto Solimões, região a 1.200 km de Manaus,

foi fundamental para me moldar como antropólogo. E continua a ser, devo acrescentar, pois esta não é de modo algum uma relação terminada! Os homens, como diz Cervantes, são filhos das suas obras. Isso se aplica muito bem àquela experiência, seus dilemas e resultados. Alguns temas que discuto hoje, muitas décadas depois, estavam de certa forma subjacentes a escolhas e constatações decorrentes da experiência etnográfica (1974-1975) e da escrita da dissertação de mestrado (1977).

Algo que desde a primeira visita me pareceu muito difícil foi entender esse povo como uma unidade política ou cultural. Ao contrário do que era um pressuposto corriqueiro na pesquisa antropológica, o que me chamava atenção era justamente a sua imensa diversidade, as opções antagônicas que praticavam no cotidiano, as variações de estratégias políticas e de *performances* rituais. A morfologia social apresentava enormes contrastes, os grupos locais podiam variar de cinquenta a 2.500 pessoas; igualmente como nichos ambientais podiam localizar-se em igarapés isolados ou estar nas proximidades de cidades ou de rotas de comércio.

Os conflitos e acusações eram a moeda corrente da vida social e as diferenças eram permanentemente refabricadas. Modelos analíticos que insistissem na coesão, na hierarquia ou numa ordem estrutural e *a priori* me pareceram desde logo extremamente inadequados. Mantinha-se uma exogamia de metades e todos sabiam a que clã pertenciam. Mas aquilo só me permitiria fazer gráficos de parentesco e genealogias! Era muito pouco diante do desafio de tudo que podia observar e que deveria relatar e de algum modo compreender.

Como entender o que as pessoas indígenas faziam no cotidiano ou em contextos político-rituais? Logo abandonei o meu projeto inicial (que era sobre classificações totêmicas e inspirado em Mauss, Durkheim e Lévi-Strauss) e passei a operar com a hipótese do conflito como fator organizador da vida daquelas comunidades. As unidades sociais realmente operativas não eram estruturais, mas eram construções centradas em um líder (“nosso cabeça”) e que delineavam um grupo aparentemente fluido, mas na realidade muito consistente (“nosso pessoal”). Sem a política, envolvendo barganhas, acusações e uso real ou potencial da força física e simbólica, não seria possível criar uma condição social, coordenar os trabalhos e praticar os rituais.

Também seria impossível compreender a política dentro da aldeia sem ver como parte integrante dessa rede as relações de dependência estabelecidas pelo líder com pessoas e instituições não indígenas, uma vez que a forma e a natureza das obrigações e reciprocidades ali firmadas eram centrais para a organização política interna e o exercício da cultura naquela comunidade. Sobretudo, era impossível pensar um interno que excluísse uma relação colonial.

Assim formulei, como uma hipótese organizadora, a noção de situação histórica (1977), indicadora das condições políticas e econômicas que condicionavam fortemente as manifestações da cultura e da sociabilidade. Com essa noção eu queria sinalizar que a cultura não deve ser estudada de forma destilada, nem como uma abstração atemporal, mas sim sempre em suas atualizações e nos contextos de poder em que está concretamente operante.

Nunca me pareceu possível estudar cientificamente cosmologias ou religiões sem estar solidamente plantado em um aqui e um agora, referenciais básicos da história. Todas as constatações e hipóteses interpretativas que construí estavam sempre relacionadas a marcos espaço-temporais precisos e a configurações de poder bem definidas. Assim, a dissertação de mestrado fala da inter-relação entre política e religião na reserva de Umariacú (AM), no contexto marcado pela dominação da agência indigenista. Nos resumos e até nos títulos deixo sempre claro que as minhas descrições e análises dizem respeito a um contexto histórico específico vivido pelos indígenas – a presença assimétrica da agência indigenista e o estabelecimento do que chamei de um “regime tutelar”.

Um segundo ponto no qual me afastei da etnologia da época era o da questão da neutralidade. A minha atitude não resultava de uma imposição ética (que supostamente conflitaria com os interesses da pesquisa), mas sim analítica. A neutralidade sempre me pareceu algo impossível, uma opção tática para, a partir de uma concepção positivista da ciência, instituir um saber universitário e cristalizar procedimentos de investigação que não viessem a incomodar o *establishment*. Se as recomendações normativas daí derivadas poderiam ser triviais em alguns domínios, em outros não seriam nada profícuas para a realização da pesquisa.

À diferença das recomendações dos manuais, a meu ver a busca pelo rigor exigia uma permanente vigilância das práticas e pressupostos de produção de conhecimento. Ou seja, em termos de filosofia, requeria uma atitude crítica e uma vigilância epistemológica. Ou ainda, em termos antropológicos, uma etnografia das condições de realização das pesquisas e dos comprometimentos efetivamente realizados. Algo que anos mais tarde vim a chamar respectivamente de explicitação da “situação etnográfica” (1993) e de indicação da “comunidade de comunicação” (1999) subjacente aos atos e discursos que se reivindicam como científicos.

Já naquele momento, porém, eu concebia o trabalho de campo como algo que exigia uma associação entre o pesquisador e os pesquisados, a criação de uma relação dialógica de confiança e consentimento. Isso passava, naturalmente, por afetos com pessoas e famílias, vínculos de amizade e proteção, assim como, muitas vezes, por apoio político em suas lutas por terra e por direitos.

Alguns colegas consideravam legítimos apenas sentimentos e obrigações que eram estabelecidos na dimensão do doméstico, ou por papéis definidos exclusivamente pela tradição nativa (o que lhes conferia a sensação de falarem “de dentro” da cultura estudada). Mas os indígenas discutem igualmente os caminhos para a superação de sua condição colonial, o reconhecimento de direitos, as formas de assistência mais adequadas.

Eu nunca me furtei ao diálogo sobre problemas enfrentados pelos indígenas e sempre escutei atentamente os seus projetos de futuro. Evitava opinar e jamais decidi algo no lugar deles, mas sempre lhes passava todas as informações que requeriam. Eu acreditava que o exercício da pesquisa devia implicar um comprometimento com causas e demandas coletivas realizadas pelos pesquisados. Assim, ademais das teses de mestrado e doutorado e de três livros, participei ativamente da demarcação do território ticuna, da formação da primeira organização indígena (Conselho Geral da Tribo Ticuna – CGTT) e da criação do Museu Maguta (AM).

Um terceiro e último ponto. Jamais a relação com meus interlocutores indígenas foi marcada pela sensação primária de que pertenciam a uma coletividade inexoravelmente fadada a desaparecer, o que a tornaria lógica e tragicamente distinta daquela do pesquisador e da sociedade em que ele vivia. Ouvi relatos de violências inimagináveis praticadas no passado pelos “patrões” seringalistas e acompanhei de bem perto o Massacre do Capacete (1988) – e o denunciei escrevendo sobre ele! Mas eram sempre crimes hediondos, praticados por indivíduos bem determinados que deveriam ser punidos pelo cumprimento das disposições legais. Por uma adequada política indigenista o etnocídio poderia ser indiscutivelmente evitado. Escutava então com grande estranheza as manifestações de apreensão de alguns antropólogos sobre o destino (que parecia inevitável) de povos que pesquisavam, o que me soava como uma herança tardia de Adolf Bastian e de seu projeto para uma antropologia de salvação da cultura, do patrimônio cultural de sociedades em extinção, cujos pressupostos e impactos se fizeram sentir muito depois da época de formação de coleções para os grandes museus europeus. Isso resultou em formas de objetificação das populações pesquisadas e anulação de seu protagonismo.

Em minha dissertação, eu já propunha ao leitor um mergulho histórico de larga duração, mostrando que os ticanos antecederam a criação da província do Amazonas (1850), o Brasil, e o Estado do Grão-Pará e Maranhão; precederam até o domínio português sobre o Amazonas (foram contatados por missões jesuíticas ligadas à Coroa espanhola no início do século XVIII). De certo modo, a proposta de meu último livro – entender os indígenas como parte fundamental da história do Brasil – já está ali bem claramente anunciada, mostrando que as

etnografias não geram apenas estudos atuais da cultura e da organização social, mas também permitem compreender como se deu a ocupação daquela fronteira e como se formaram, a partir da exploração do trabalho e da tomada dos territórios indígenas, a própria elite e a economia local.

Essas foram, digamos assim, as ferramentas que construí durante a minha pesquisa com os ticunas, já presentes na dissertação de mestrado (1977), sempre muito permeadas por um diálogo com os estudos históricos. Eram pressupostos de todos os textos que escrevi depois. Foram elas também que, inconscientemente e sem a intenção de formar uma “escola” de pensamento, nortearam minha atividade como professor, orientando uma extensa linha de pesquisas na antropologia brasileira.

[Maria Regina Celestino de Almeida] *Você poderia falar sobre sua trajetória no período seguinte, após o doutorado e a pesquisa mais direcionada para os ticunas, associando atividades de pesquisa e docência com essa aproximação cada vez maior com a história?*

[João Pacheco de Oliveira] Em 1978, ingressei como professor assistente no Museu Nacional, desde então dando cursos regulares no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), tanto de disciplinas obrigatórias (teoria antropológica, que na verdade eu ministrava como história da antropologia...), quanto de outras (relações interétnicas e antropologia política). Meu primeiro orientando de mestrado foi Antonio Carlos de Souza Lima, em 2000 já eram trinta! No doutorado, com um período muito mais longo de bolsa e de pesquisa, as teses foram fechadas mais lentamente, a primeira foi defendida em 1994. Mas até 2005 já eram vinte! Tais números refletem um grande projeto de pesquisa sobre a formação de territórios indígenas, realizado entre 1986 e 1994. Hoje, entre mestres e doutores, contando com co-orientações em outras instituições, são 89.

Durante duas décadas como professor do PPGAS, em algum momento de sua formação todos esses pesquisadores fizeram uma visita aos ticunas através de *O nosso governo* (1988). Daí retiraram inspirações bastante distintas, é claro, mas todos compartilham as atitudes já comentadas quanto ao trabalho de campo, sobretudo a crítica a uma falsa neutralidade científica e a valorização da aproximação com a história.

Em minha conferência no concurso para professor titular (1997), falei bastante da formação de territórios étnicos e de sujeitos coletivos no Nordeste, buscando desenvolver uma concepção dialética da etnicidade. Após o ano 2000, passei a ser mais citado por noções como territorialização e etnicidade, assim

como por uma reflexão sobre processos de etnogênese e povos indígenas do Nordeste (não tanto pela pesquisa com os ticunas). Os indígenas do Nordeste, antes vistos como de pouco interesse etnológico, se transformaram em um dos mais ativos polos de produção da antropologia indígena brasileira atual.

Quando lancei o livro *O nascimento do Brasil e outros ensaios* (2016), logo me veio à lembrança o querido colega e amigo John Monteiro. Em diálogos, anos antes, comentávamos a necessidade de reescrever a história do país em uma perspectiva nova, contemplando o protagonismo dos indígenas. Reportávamos então a *Negros da terra* (1994) e à ferramenta aglutinadora do “regime tutelar” (Pacheco de Oliveira, 1988) para todos os indígenas contemporâneos.

O convite que recebi em 2008, de João Fragoso e Fátima Gouveia, dois conceituados historiadores que não trabalhavam com a temática indígena, para escrever um capítulo para o livro *O Brasil colonial* (2014), foi um desafio fantástico. Eles me pediam que falasse sobre os indígenas entre o fim do século XV e 1580! Isso me mobilizou muito intelectualmente, exigindo diálogos com a história em uma escala e envergadura que, como etnógrafo, eu nunca fizera antes.

Como um seguidor de antropólogos e historiadores que sublinhavam a contemporaneidade da memória e a atualidade do passado, eu não poderia mergulhar em fatos distantes de nós quatrocentos anos sem ferramentas que me permitissem descrever e compreender, primeiro, a dinâmica da formação nacional, e em segundo lugar, as razões de construção de uma memória nacional tão diversa.

Para a primeira questão foi a categoria analítica de “fronteira”, que veio a ser mais tarde o fulcro organizador de meu livro, que me permitiu recuperar experiências de pesquisa que tivera anteriormente na Amazônia e no Nordeste. Vim a desenvolver essa noção no prefácio ao livro e numa conferência que realizei no II Congreso Internacional de los Pueblos Indígenas de América Latina (Cipial), publicada depois na revista *Quinto Sol* (2020).

A resposta para a segunda questão também resultou de uma demanda e de um diálogo com os historiadores, nesse caso mais especialmente com Cecília Silva Azevedo e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (Maria Fernanda Bicalho e Paulo Knauss, entre outros), envolvidos na organização do livro *Cultura política, memória e historiografia* (2009). Elaborei um capítulo sobre o indianismo, o que me permitiu refletir sobre as formas de esquecimento praticadas em relação aos indígenas. Esta questão foi aprofundada mais tarde com a noção de “regimes de memória” (Pacheco de Oliveira, 2011) e veio a constituir-se no segundo capítulo do livro. Como você vê, o diálogo com os historiadores foi fundamental para a coluna vertebral do livro. A consciência de que ali se iniciava outra narrativa sobre os

indígenas e o Brasil me veio em cursos dados na Universidad Nacional de San Martín (Unsam), Buenos Aires, e no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), Paris, em 2012, que foi quando elaborei a composição do livro.

[Maria Regina Celestino de Almeida] *Você e John Monteiro construíram uma parceria de extrema importância para intensificar os diálogos entre historiadores e antropólogos sobre os mais diversos temas referentes aos povos indígenas. Refiro-me, especialmente, aos encontros na Associação Nacional de História (Anpuh), na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e na Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Como avalia a experiência dessa prática e seus impactos sobre as pesquisas acadêmicas?*

[João Pacheco de Oliveira] Sim, houve uma colaboração muito intensa entre nós, além de uma grande amizade, e fiquei muito chocado e triste com a sua morte tão prematura.

Eu o conheci em uma palestra que fiz na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) no começo da década de 1990, quando ainda era pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Logo trocamos livros e trabalhos e começamos a dialogar mesmo à distância. No ano seguinte, 1994, com o ingresso dele no Departamento de Antropologia da Unicamp, nos aproximamos ainda mais. Durante duas décadas participei das bancas de muitos de seus orientandos de doutorado e alguns de mestrado. Eu saía do aeroporto Santos Dumont, no Rio, de manhã cedo, John (que morava em São Paulo) me pegava de carro no aeroporto de Congonhas e íamos e voltávamos conversando animadamente para as defesas na Unicamp. Uma vez, chegando ao fim do ano e no prazo das defesas, fui para uma banca de mestrado de manhã e outra de doutorado à tarde... Boas lembranças! Algumas vezes também o recebi no Rio para defesas no PPGAS. Em 2001, participei de sua banca de livre docência e em 2008, de sua banca de professor titular.

Havia entre nós uma grande convergência no que toca à necessidade de uma antropologia histórica, para fazer face à perspectiva sincrônica e essencialista na antropologia; assim também no interesse estratégico em estimular os estudos indígenas dentro da história, que era uma disciplina pouca afeita a esse tema. Em 2002, John escreveu uma resenha na *Mana* para o meu livro *Ensaios em antropologia histórica* (1999). Aliás, compartilhávamos também pouca simpatia pelo uso do termo etno-história.

Organizamos juntos muitas atividades nas reuniões da ABA, Anpocs e Anpuh. É importante notar como sempre escolhemos a modalidade de grupos de trabalho (GT) em vez das mesas-redondas, pois ela nos permitia abrigar um

número muito maior de apresentações de pesquisas, podendo acompanhar a diversidade dos temas e direções dos estudos, assim como permitindo debatê-los em profundidade. Nunca convidamos debatedores externos, pois ambos se envolviam muito prazerosamente na leitura e discussão dos textos, transformando tais eventos em ocasiões muito importantes de formação e aprendizado.

Em tais momentos, tínhamos oportunidade de conhecer e discutir trabalhos de pessoas de todo o Brasil, incorporando nos debates outros colegas que estavam envolvidos em um esforço semelhante. Lembro-me uma vez da surpresa que causou na Anpocs o fato de nosso GT possuir pessoas de dez estados diferentes (na época, para evitar o *in-breeding* – endogenia –, a Anpocs pedia que os integrantes do grupo fossem no mínimo de dois estados diferentes...). Rimos muito com tal contraste!

Em duas ocasiões, nas reuniões da Anpuh de 2015 (em Florianópolis) e de 2017 (em Brasília), junto com você, que foi a primeira orientanda do John a defender tese, em 2000, e também participante e parceira em diversas atividades, voltamos a organizar GTs com o mesmo espírito, cada um com mais de quarenta participantes. De certa forma, foi um modo afetivo de lembrar a presença do John conosco. Isso além das mesas-redondas acadêmicas de homenagem na ABA, Anpuh, Anpocs e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em que ambos estivemos juntos.

A minha impressão é de que hoje a área de história indígena já é uma linha de pesquisa inteiramente consolidada na disciplina de história nas universidades brasileiras; nas últimas reuniões da Anpuh, foram inclusive desenvolvidos GTs com ênfases diferenciadas. No caso da antropologia, a linha de antropologia histórica, pelo número de teses e publicações, já estava consolidada no início do ano 2000, com duas coletâneas sobre os indígenas do Nordeste (uma em segunda edição).¹ Um dossiê recente, organizado por mim e Pablo Quintero (UFRGS) na revista *Horizontes Antropológicos*, a sair agora em setembro de 2020, já vai apresentar uma nova geração de pesquisadores, inclusive um indígena.²

[Maria Regina Celestino de Almeida] O exercício da interdisciplinaridade impõe desafios teóricos e metodológicos, tanto para historiadores quanto para antropólogos. Quais os principais problemas que você pode identificar em relação a isso e que

1 A viagem da volta: reelaboração cultural, etnicidade de horizonte político dos indígenas no Nordeste, 1991, segunda edição em 2004, e A presença indígena no Nordeste, 2011.

2 Ver: *Horizontes Antropológicos*, v. 26, n. 58, set./dez. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-718320200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2021.

cuidados recomendaria para um historiador que envereda pela leitura antropológica de documentos históricos e para um antropólogo que se debruça sobre as fontes históricas?

[João Pacheco de Oliveira] As rotinas e hierarquias da vida universitária podem transformar boas teorias e métodos em um mero exercício técnico de aplicação, repetitivo e mecânico. Por isso insisto tanto na necessidade de uma postura crítica em relação a conceitos e metodologias, não só aqueles que vêm do passado da disciplina, mas também os que são importados de outros contextos e tradições disciplinares. Todos esses devem ser relidos e analisados em seus contextos científicos e políticos de origem, não para dizer *a priori* que são “datados”, mas para evitar transposições mecânicas e identificar com precisão o que é conjuntural e o que pode servir (ou não) como inspiração.

Os conceitos e métodos são ferramentas que precisam ser avaliadas a partir de sua aplicação em pesquisas concretas. Para um pesquisador vir a utilizá-los em sua própria pesquisa, deve seguir atentamente a investigação de que resultaram tais instrumentos, que são apenas hipóteses explicativas ou formas de abordagem. As ciências humanas tendem a ser muito afetadas pelos modismos, por isso há necessidade de cautela.

O próprio ritmo das atividades acadêmicas leva, às vezes, os estudantes a usarem autores conhecidos como se fossem salvo-condutos para atribuir consistência ou relevância a pesquisas que realizam. Isso deve ser combatido pelos orientadores e professores. Uma pesquisa cujas intenções e pressupostos estão pautados no senso comum não pode ser salva ou legitimada por referências a autores emblemáticos (como Lévi-Strauss, Foucault ou Fanon).

É curioso notar como nessa feira de superficialidades são especialmente valorizados os autores estrangeiros, numa explicitação provinciana de que os usuários e consumidores se incorporam ingenuamente a uma divisão internacional de trabalho, em que cabe aos brasileiros produzir a matéria-prima, e o capital é privilégio de autores europeus ou norte-americanos. Também sou bastante avesso a essa divisão das universidades em centrais e periféricas, frequentemente estas últimas estão envolvidas em projetos de ponta e bastante inovadores, enquanto algumas vezes núcleos consolidados fabricam “escolas” e hierarquias que funcionam como muros para os não incluídos.

Em geral eu sou bastante simpático em relação aos esforços de interdisciplinaridade, especialmente em aproximações estratégicas, como a da antropologia e da história; isso me parece também bastante justificado em relação à sociologia, geografia, política e estudos literários. Explorar uma

temática concreta e relevante, como a indígena, a ambiental, a dimensão educativa, políticas públicas e direitos coletivos, pode gerar experiências muito estimulantes.

[Maria Regina Celestino de Almeida] Seu projeto atual sobre narrativas e memórias indígenas³ inclui uma ampla rede de colaboradores indígenas e não indígenas. Pode falar um pouco desse trabalho? E como avalia a relevância e o impacto desse projeto do ponto de vista acadêmico, social e político?

[João Pacheco de Oliveira] Esse projeto está intimamente associado ao livro *O nascimento do Brasil e outros ensaios* (2016), de que falei antes como um exercício de colocar o indígena como protagonista da história do Brasil. Sempre me causou muito desencanto ver bonitos trabalhos acadêmicos serem desenvolvidos e carreiras se consolidarem enquanto a condição de existência dos indígenas se torna pior e a cultura descrita nos livros e teses parece estar em inevitável processo de desaparecimento.

Sempre falo para meus alunos que por detrás de cada pesquisa existem dois projetos que devem desenvolver. Um relacionado ao avanço científico, que é objeto das bancas de qualificação e de tese, julgado pela comunidade antropológica. O segundo, uma modalidade de intervenção social delicada e suave, muitas vezes invisível ou desconhecida do mundo acadêmico, que apoia um projeto coletivo da comunidade pesquisada. É este segundo, avaliado permanentemente pelos indígenas, que sustenta uma aliança estratégica e uma convivência dentro de uma situação etnográfica, com o compartilhamento do tempo e uma fusão em termos de horizonte político.

Quando terminei o livro, surgiu um edital da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) intitulado *Memórias Brasileiras: biografias* e resolvi concorrer com a proposta de fazer biografias de indígenas que foram de algum modo importantes para a formação nacional. Na maioria dos casos os relatos sobre eles são deformantes, preconceituosos e não raro criminalizantes. A ideia era que, sob o exame de pesquisadores contemporâneos e dotados de uma perspectiva crítica, daí poderiam sair painéis muito ricos da vida nacional e da própria história e configuração atual dos povos indígenas. O produto final seria um livro com vinte biografias de personagens históricos.

Para isso organizei uma rede de colaboradores que associou 22 programas de pós-graduação em antropologia e história. Havia indígenas também dentro

3 Ver: *Os Brasis e suas memórias* – <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/>

dessas redes, mas eram estudantes ou profissionais dessas disciplinas, que poderiam assim aproveitar tal pesquisa para a consecução de fins acadêmicos (como trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses).

Embora o projeto fosse sempre recebido com grande simpatia, nem sempre os resultados (textos) afluíam com facilidade ou rapidez. O gênero biografia, apesar de alguns trabalhos clássicos (Giovanni Levi, Peter Burke, Braudel, de Certeau), não me parece hoje muito valorizado ou praticado na escrita da história do Brasil. Na antropologia, frequentemente pequenos esboços biográficos aparecem ao longo das etnografias, mas em geral apenas ajudam a contextualizar conjuntos de informações. Um texto de Pierre Bourdieu, “A ilusão biográfica”, também intimida os exercícios nessa direção. Assim, nem sempre é fácil estimular os colegas a dedicar uma parte do seu tempo a uma produção desse gênero. Paralelamente, havia no projeto a proposta de criar um site para a disponibilização de seus resultados – algo bem mais eficiente e democrático do que um livro – e de aplicação dos materiais ali produzidos nas escolas (dada a pouca existência de material didático sobre povos indígenas). Com a ajuda de alguns colegas e amigos, como Rita Santos (UFPB), Edson Silva (UFPE), Edviges Ioris (UFSC), Pablo Barbosa (UFSB), Marivânia Furtado (Uema), Neimar Machado (UFCG) e Rodrigo Oliveira (Ufam), realizei oficinas em diferentes partes do Brasil, sempre com a presença de dezenas (às vezes centenas!) de professores e estudantes indígenas. Em especial, gostaria de destacar o estímulo e entusiasmo de Rita Santos, que esteve comigo em quase todas essas oficinas.

O que propunha aos professores e estudantes indígenas era que recontassem as histórias de suas comunidades através de algumas figuras centrais (caciques, xamãs, rezadeiras, professores indígenas etc.), que escolhiam livremente durante uma discussão coletiva. Não lhes impunha formato nem tamanho, incentivando o uso de mídias variadas e admitindo autoria coletiva.

Nessas ocasiões surgiam muitas propostas paralelas, como de centros culturais (caso potiguara e ticuna), de publicações, exposições, cursos e oficinas etc., que sempre buscamos auxiliar na medida do possível. Tratava-se de um esforço de autoconstrução de uma memória coletiva por comunidades e povos, recordando os antepassados e celebrando algumas trajetórias que eram ícones para aqueles grupos e famílias.

Na inauguração do site, em abril de 2018, realizada em Porto Seguro, João Pessoa e Rio de Janeiro, contávamos já com cerca de oitenta biografias. Com a participação crescente dos indígenas, esse número ultrapassou hoje as duzentas.

O projeto tem em mira dois produtos principais. O primeiro é a expansão e a manutenção de um site, como espaço próprio para a participação crescente de

indígenas, com uma capacidade de armazenamento e incorporação de material multimídia (fotos, gravações, vídeos, músicas, livros e documentos) que pode ser utilizado largamente para as atividades educativas nas escolas indígenas.

O segundo é a edição de uma revista eletrônica, que possa ser um canal para repensar o protagonismo indígena na reescrita da história do Brasil. Ela apresentará biografias de indígenas agrupadas segundo diferentes épocas e regimes de memória (colonial, indianista, indigenista/tutelar e pós-tutela). A revista, intitulada *Memórias Indígenas*, está cadastrada no Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Sibi/UFRJ) e o seu primeiro número (já pronto) deverá sair em breve.

Aproveito aqui a ocasião para convocar amplamente os colegas a colaborar com esse projeto, que em termos formais já está encerrado, com os resultados cumpridos. O site e a revista são iniciativas amplas, que ultrapassam muito os limites do Museu Nacional ou das universidades mais diretamente envolvidas, de interesse estratégico para os indígenas, e que dependerão muito do envolvimento e da colaboração de colegas e pesquisadores indígenas e não indígenas. Nós apenas construímos a canoa e a colocamos no leito do rio...

[Maria Regina Celestino de Almeida] *Seus estudos sempre se caracterizaram por uma abordagem que articula muito bem o passado e o presente, bem como por uma significativa militância em defesa dos direitos indígenas. Sobre isso, as exposições e os museus indígenas me parecem essenciais e você tem desenvolvido importantes trabalhos nessa área. Poderia enfocar sua experiência com os próprios indígenas na organização dessas atividades?*

[João Pacheco de Oliveira] Como antropólogo, sempre me incomodou que a formação de coleções etnográficas fosse muitas vezes tratada pensando exclusivamente no que poderiam ser para o patrimônio nacional ou para a ciência universal, sem jamais levar em conta a sua importância para os povos e comunidades indígenas, que produziram tais artefatos e lhes conferiram os seus usos e significados primários.

Assim, na minha pesquisa com os ticunas, empenhei-me intensamente em formas de valorização de suas tradições e no estabelecimento de práticas locais de conservação e uso da cultura, assim como no fortalecimento de ações que expressassem uma política de memória em relação à cultura, língua e suas tradições específicas. Disso resultou, como um desdobramento de um centro de

documentação, a fundação de um museu, o Museu Maguta (1991),⁴ do qual fui um dos criadores, que no próximo ano completará trinta anos de existência, sempre sob o controle da organização indígena (CGTT). Atualmente, com alguns estudantes ticunas do mestrado e do doutorado do PPGAS/Museu Nacional e do PPGAS/Universidade Federal do Amazonas (Ufam), e com um projeto apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), estamos tentando avançar com a proposta de um museu indígena.

Além dessa intervenção local, sou há quase duas décadas curador das coleções etnográficas do Museu Nacional. Aí desenvolvemos, junto com a equipe do Setor de Etnologia e Etnografia, uma linha curatorial baseada na concepção de que os museus não podem mais conceber-se como uma forma de extrativismo cultural, eles precisam envolver-se intensamente com as coletividades ali representadas e devem trazer informações atualizadas sobre os produtores (individuais e coletivos) dos artefatos que expõem.

Em 2006, organizei uma exposição intitulada Os Primeiros Brasileiros, sobre os povos indígenas do Nordeste, percorrendo a sua história e descrevendo as suas lutas e a sua cultura atual. Um projeto partilhado com a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo (Apoiname). Iniciada em Recife, num belo e histórico prédio, o Forte das Cinco Pontas, esteve em diversos outros museus (o Centro Cultural Dragão do Mar, em Fortaleza; o Museu Câmara Cascudo, em Natal; o Museu de Arqueologia e Etnologia, em Salvador; o Memorial das Culturas Indígenas, em Brasília; o Museu Nacional, no Rio de Janeiro e o Museo Superior de Bellas Artes Evita, em Córdoba, Argentina).⁵

Em 2008, afinal, depois de muitos embates burocráticos, conseguimos refazer totalmente a sala de exposição permanente da etnologia no próprio Museu Nacional, construindo uma narrativa nova sobre os indígenas, incorporando aos artefatos a sua historicidade e localizando-os na história do Brasil e da própria antropologia brasileira. Um lugar destacado ali era ocupado pela coleção ticuna formada por Curt Nimuendaju, Roberto Cardoso de Oliveira e por mim, agora referenciada igualmente ao próprio trabalho realizado pelos indígenas no Museu Maguta, sob a coordenação de Nino Fernandes.

Em 2013, inauguramos uma sala para o material carajá, objeto de uma parceria com o antropólogo Manuel Ferreira Lima Filho e o Museu de Arqueologia

4 Para um relato sobre isso, ver: Pacheco de Oliveira (2012).

5 Sobre a exposição, ver: Pacheco de Oliveira; Santos (2019).

e Etnologia da Universidade Federal de Goiás (UFG), que serviu também como homenagem à Maria Heloísa Fenelón Costa, querida colega que pesquisou durante muitos anos aquela cultura e que foi, durante mais de três décadas, a chefe do Setor de Etnografia e Etnologia do Museu Nacional (SEE). Em 2015, com a curadoria da historiadora Mariza de Carvalho Soares, foi organizada a exposição Kumbukumbu, com as coleções africana e afro-brasileira do Museu Nacional, tendo gerado mostras também na Baixada Fluminense e em articulação com associações e movimentos negros.

Em 2 de setembro de 2018, um incêndio de quatro horas de duração destruiu o prédio e as coleções do Museu Nacional, menos de dois meses após a instituição comemorar seus duzentos anos de existência. Passado o choque e o espanto, formulamos, logo nos meses seguintes, um projeto de reconstrução das coleções etnográficas do Museu Nacional, que buscava recuperar a experiência de conservação de memórias locais (realizada com o Museu Maguta) e associá-la com a linha curatorial que praticamos no SEE nas duas últimas décadas.

Hoje o nosso projeto de refundação das coleções etnográficas está baseado em dois movimentos que devem complementar-se e alimentar-se mutuamente. Com as organizações, intelectuais e estudantes indígenas, estamos estabelecendo parcerias que devem desdobrar-se no fortalecimento das expressões culturais locais e na possibilidade de futuras doações ao acervo assim constituído do SEE. Por outro lado, por meio da cessão de coleções digitais de museus no exterior e de pesquisa on-line, estamos constituindo um acervo de natureza virtual, que será compartilhado com nossos parceiros, esperando tornar novamente acessíveis os artefatos de sua história, deles afastados no espaço e no tempo, podendo assim estimular suas recriações contemporâneas. Com isso, o novo museu que surgirá será uma oficina viva de cultura, articulando o local e o global, numa relação de diálogo e partilha.

Ao final dessa entrevista, aproveito para agradecer à Maria Regina Celestino de Almeida pelas excelentes questões colocadas, fruto de uma antiga e profícua colaboração acadêmica e de amizade; e também a Juciene Ricarte, organizadoras deste dossiê, pelo convite a prestar este depoimento, que espero seja útil para os estudantes e estudiosos da história indígena.

Entrevista realizada por Maria Regina Celestino de Almeida, professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 23 de setembro de 2020.

Referências

- MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J.; SANTOS, R. Descolonizando a ilusão museal: etnografia de uma proposta expositiva. In: _____ (org.). *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo indígena e de construção da ilusão museal*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.
- _____. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil colonial (1443- 1580)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1, p. 167- 228.
- _____. A refundação do Museu Maguta: etnografia de um protagonismo indígena. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012. p. 201-218.
- _____. Apresentação. In: _____ (org.). *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 9-18.
- _____. As mortes do indígena no Império do Brasil: o indianismo, a formação da nacionalidade e seus esquecimentos. In: AZEVEDO, Cecília et al. (org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 229-268.
- _____. *O nosso governo: os ticunas e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq, 1988.